LEI Nº 5259, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Projeto de Lei nº 34/2014 Autor: Prefeito Municipal Henrique Lourivaldo Rinco de Oliveira

> CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Lourivaldo Rinco de Oliveira, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 5259

- **Art. 1º** O Conselho Municipal de Educação de Caçapava instituído pelo inciso I, do § único, do artigo 229, da Lei Orgânica do Município, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.
- **Art. 2º** O Conselho Municipal de Educação C.M.E é um órgão colegiado com funções propositiva, normativa, deliberativa, consultiva, de fiscalização e mobilização, com atribuições de assessoramento, acompanhamento, controle e avaliação sobre a formulação e o planejamento da Política Educacional do Município e deve constituir-se em um instrumento provocador das discussões básicas sobre Educação no Município.
- **Art. 3º** O Conselho Municipal de Educação reger-se-á pelos seguintes princípios e objetivos:
- **I** Promover e repensar continuadamente a atuação da escola na sociedade para garantir que ela seja um instrumento de formação de cidadãos conscientes, críticos, participantes, solidários e éticos;
- II Respeitar e fazer cumprir os princípios do ensino, conforme prescrito no art. 206 da Constituição Federal;
- **III** Acompanhar o funcionamento das escolas do município, no âmbito da estrutura física, funcional e pedagógica de ensino infantil, fundamental e médio;
- IV Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos estaduais e municipais em Educação no município.
- ${f V}$ Emitir pareceres sobre o interesse e a necessidade de criação, no município, de cursos ou estabelecimentos de ensino oficial e particulares, em todos os níveis;
- **VI** Acompanhar e fiscalizar a execução da Política Educacional do Município, visando a qualidade, a participação e o acesso da população ao ensino público.
 - Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Educação:
- I Estabelecer, propor, controlar, acompanhar e avaliar a Política Educacional do Município, conforme as diretrizes, deliberações e prioridades definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação;



- II Propor as diretrizes e aprovar o Plano Municipal de Educação, bem como, o seu acompanhamento;
- III Acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem o seu aperfeiçoamento para melhoria do fluxo e do rendimento escolar;
- IV Manifestar-se sobre assuntos de natureza educativa e pedagógica opinando ou oferecendo sugestões as questões propostas pela Secretaria Municipal de Educação;
 - **V** Fiscalizar escolas do Município;
- **VI** Desenvolver esforços para melhorar a qualidade do ensino, adotando, entre outras, as medidas seguintes:
- a) promover a publicação anual das estatísticas do ensino e dados complementares que deverão ser utilizados na elaboração dos planos de ensino para o ano subsequente;
- b) realizar estudos e pesquisas sobre a situação do ensino no Município de Caçapava;
 - c) emitir parecer sobre assuntos de natureza pedagógica e educativa;
- **VII** Propor critérios e procedimentos para a oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, com características adequadas as suas especificidades, necessidades e disponibilidades;
- **VIII** Acompanhar o processo de ensino no município, inclusive nas escolas conveniadas e privadas;
- IX Promover seminários e debates com a sociedade civil a respeito de assuntos relativos à educação e ao ensino;
- ${\bf X}$ Elaborar e alterar seu Regimento Interno, a ser aprovado por decreto do Executivo;
- **XI** Fiscalizar e acompanhar a transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município;
- **XII** Decidir sobre a forma de relacionamento com a sociedade, para mantê-la informada e atuante em relação às questões educacionais do Município;
- **XIII** Manifestar-se, no âmbito de sua competência, sobre questões em que esta Lei for omissa;
- **XIV** Atuar na formulação e controle da execução da política de edificação, incluídos seus aspectos econômicos, financeiros e de gerência;
 - **XV** Apreciar as propostas de modificação desta Lei;
 - **XVI -** Aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Plurianual.
- **Art. 5º** O Conselho Municipal de Educação será composto por 16 membros titulares e igual número de suplentes, nomeados por Decreto pelo Poder Executivo, dentre os quais incluirão:
 - a) um representante da Secretaria Municipal de Educação;



- b) um representante da Secretaria Municipal de Justiça e Direitos Humanos;
- c) um representante dos profissionais do Quadro do Magistério, não docente, da Rede Municipal de Ensino;
- d) um representante de pais de alunos da rede municipal de ensino fundamental, membro de Conselho de Escola;
- e) um representante de pais de alunos da rede estadual de ensino público, membro do Conselho de Escola;
- f) um representante dos alunos, preferencialmente do Grêmio Estudantil Municipal;
- g) um representante dos alunos, preferencialmente do Grêmio Estudantil Estadual;
- h) um representante dos Professores da Educação Infantil da rede municipal de ensino;
- i) um representante dos Professores do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino;
 - j) um representante dos Professores da rede estadual de ensino;
 - k) um representante dos Professores das escolas particulares de ensino;
 - I) um representante da Diretoria de Ensino;
- m) um representante da APEOESP Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo;
 - n) um representante de instituição de educação especial;
 - o) um representante da Câmara Municipal;
 - p) um representante dos professores aposentados.

Parágrafo único. É requisito para condição de conselheiro ter no mínimo 18 (dezoito) anos.

- **Art. 6º** Os Membros representantes da Administração Pública mencionados nas alíneas "a", "b", "l", "o" do artigo anterior e seus Suplentes serão indicados pelas mesmas e comunicada a escolha à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 7º** Os Membros representantes da Sociedade Civil mencionados nas alíneas "m" e "n" do artigo 5º e seus Suplentes serão indicados pelas mesmas e comunicada a escolha à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 8º** Os Membros representantes da Administração Pública mencionados nas alíneas "c", "h", "i" e "j" do artigo 5º e os membros representantes da Sociedade Civil referentes às alíneas "d", "f", "g" e "k" e seus Suplentes serão indicados pelas mesmas para a realização de um fórum próprio promovido pelo Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 9º** Os membros representantes da Sociedade Civil mencionados na alínea p e seus suplentes serão convocados por meio de ampla divulgação nos meios de comunicação local para a realização de um fórum próprio promovido pelo Conselho Municipal de Educação, após prévia inscrição.
- **Art. 10** O conselheiro suplente substituirá o respectivo conselheiro titular na ausência, afastamento ou impedimentos deste, conforme normas constantes no Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 11** Os suplentes quando presentes às reuniões do Conselho Municipal de Educação, na presença do membro titular, terão assegurado o direito a voz.
- **Art. 12** As funções de membro e suplente do Conselho Municipal de Educação não serão remuneradas, ressaltando-se a importância dos mesmos como



prestação de serviços de grande relevância para os interesses da comunidade local e para a melhoria da qualidade do ensino público, tendo prioridade sobre qualquer outra função.

- § 1º O mandato de membro do Conselho Municipal de Educação será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução;
- **§ 2º** Cada membro do Conselho Municipal de Educação só pode representar um segmento;
- § 3º O membro que pretender se candidatar a qualquer cargo público eletivo deverá requerer seu afastamento no prazo de 90 (noventa) dias antes do pleito;
- **§ 4º** Os membros representantes da Administração Pública poderão ser substituídos a qualquer tempo por ato do Executivo Municipal.
- **Art. 13** O Chefe do Executivo Municipal nomeará por Decreto os membros, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 14** A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Educação é órgão técnico-operacional de acompanhamento, execução e implementação das deliberações do Conselho.
- **Art. 15** A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Educação será escolhida em sua primeira sessão ordinária, entre os membros titulares e terá a seguinte composição:
 - **I** Presidente;
 - **II -** Vice-Presidente;
 - III 1.º Secretário;
 - IV- 2.º Secretário.
 - **Art. 16** Compete à Secretaria Executiva:
- I Encaminhar as medidas necessárias à execução das deliberações do Conselho Municipal de Educação;
- II Elaborar a pauta de cada reunião do Conselho Municipal de Educação e enviá-la previamente a todos os conselheiros, membros e suplentes, bem como as deliberações;
- III Encaminhar os processos necessários à eleição e substituição de conselheiros;
- IV Encaminhar convocações, correspondências e documentação a quem de direito, para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Municipal de Educação;
- ${f V}$ Dar suporte administrativo e assistência técnica às atividades do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 17** O Conselho Municipal de Educação instituirá seus atos através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.



Parágrafo único. Cada membro do Conselho Municipal de Educação tem direito a um voto, não admitido voto por procuração.

- **Art. 18** As resoluções do Conselho Municipal de Educação, bem como os temas tratados em plenários e em comissões serão objeto de ampla e sistemática divulgação.
- **Art. 19** A Secretaria Municipal de Educação prestará todo apoio administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 20** O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, por convocação da Secretaria Executiva.
- **Art. 21** O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á extraordinariamente para tratar de assuntos especiais ou urgentes sempre que convocado:
 - I por sua Secretaria Executiva;
 - II pelo Presidente;
 - III por 1/3 (um terço) de seus membros titulares;
 - IV pelo Secretário Municipal de Educação.
- **Art. 22** É facultado ao Presidente e aos membros do Conselho solicitar o reexame de qualquer deliberação exarada em reunião anterior, justificada a possível ilegalidade, incorreção ou inadequação da medida.
- **Art. 23** Os assuntos e as deliberações tratados em reunião serão registrados em ata, que deverá ser aprovada em reunião subsequente.
- **Art. 24** O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Executiva poderão constituir grupos de trabalho para prestar apoio técnico e operacional às suas atividades e acompanhar a execução da Política Municipal de Educação.
- **Art. 25** Os membros do Conselho Municipal de Educação que deixarem de comparecer, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou alternadas serão destituídos de suas funções no Conselho, sendo substituídos por seus suplentes.
- **Art. 26** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3745, de 24 de setembro de 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 27 DE MARÇO DE 2014.

HENRIQUE LOURIVALDO RINCO DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Caçapava.





